

# Sobre a constituição da identidade fonológica do Português: variação, equívocos e preconceito

*Luiz Carlos Cagliari*  
UNESP / FLC-AR - CNPq 2008

## 1. Fala e escrita

Os estudos lingüísticos baseiam-se na fala das pessoas e, somente indiretamente estudam a produção escrita, em geral, como um uso especial do discurso. Para um lingüista qualquer manifestação falada é objeto de seu estudo, seja quem for o falante, seja qual for a circunstância de realização dessa fala. Por causa disto, o lingüista distingue diferentes tipos de falante, por sexo, idade, grau de instrução, etc. e diferentes contextos de uso da linguagem: mais formal, informal, gíria, diferentes dialetos e até usos idiossincráticos. Por esta razão, a definição de um sistema para uma língua apresenta um grande grau de complexidade se levarmos em conta todas essas variáveis.

De toda essa complexidade, o lingüista faz algumas escolhas privilegiadas, por razões muito específicas. Assim, o lingüista pode querer descrever apenas o dialeto das pessoas cultas de uma determinada região e tempo, chegando a uma variedade da língua a que chamam de dialeto padrão ou norma culta. Obviamente, tal escolha entre outras representa uma grande simplificação, uma redução do objeto a alguns de seus aspectos.

Uma redução ainda maior é feita quando o lingüista procura descrever fatos da escrita de uma língua. A escrita é um uso especial da linguagem e, por este motivo, tem regras próprias, não apenas de codificação através das letras e caracteres gráficos, mas de uso da própria estrutura lingüística disponível no sistema da língua. Daí a diferença notável que se observa entre o modo como se conversa informalmente e o modo como se escreve um texto formal. A questão da variação entre textos produzidos para finalidades diferentes não é objeto de consideração neste trabalho. Também não é objeto deste trabalho fazer considerações sobre o sistema fonológico do português, no sentido de descrever o sistema segmental e suprasegmental da língua. O objetivo deste trabalho, então, é fazer algumas considerações sobre o que se passou a chamar de “consciência fonológica”, fato considerado de grande importância nos estudos de aquisição da linguagem oral e também na aquisição da escrita. A questão da aquisição da linguagem oral também não faz parte dos objetivos deste trabalho. Portanto, resta a questão mais geral do conceito de consciência fonológica e a questão da aquisição da escrita.

## 2. A consciência fonológica

Podemos definir a consciência fonológica como uma capacidade de todo falante nativo que o torna apto a distinguir o que é certo do que é errado no uso de sua língua materna, a partir do ponto de vista de sua realidade como falante nativo. Essa consciência atinge todo do sistema lingüístico. Por isso, se alguém disser “chão no de pato ovos caíram os racharam e”, qualquer falante de português vai achar errado, porque ninguém fala assim. Eventualmente, com algum esforço, o falante pode recompor a sentença e descobrir que o correto é “os ovos de pato caíram no chão e racharam”. Mas, ele pode ter dificuldades maiores e não conseguir re-organizar as palavras para compor uma sentença aceitável. Numa outra circunstância, o falante pode ouvir alguém dizer “os ovo de pato caiu no chão e racharam (racharu)”. Apesar de não falar assim, sua consciência lingüística diz que esse é também um modo que alguns falantes de sua língua

usam para dizer a sentença. No primeiro caso, o lingüista diz que houve um erro. No segundo caso, diz que houve uma variação dialetal.

Um caso específico de consciência lingüística, controlada pela intuição do sujeito falante e por seu conhecimento da língua em toda sua dimensão, refere-se à consciência fonológica, ou seja, à consciência que o falante nativo tem de como se pronunciam as palavras. Alguém pode falar *acharam* [axarãu], outros podem falar [axaru]. Aqui não se trata de uma questão de concordância (que cabe à sintaxe estudar), mas de pronúncia. Uma pessoa pode encontrar falantes de português que pronunciem a palavra *deste* de vários modos, como [deste, desti, dexti, destxi, dextxi]. Um lingüista facilmente identifica o dialeto desses falantes, em função das variáveis da sociolingüística. Assim, um lingüista precisa ter uma consciência fonológica mais especializada do que um falante comum. Para este, basta aceitar ou não como uma expressão de sua língua. Para aquele, é preciso acrescentar outras informações, nem sempre conhecidas de todos os falantes.

Portanto, há limitações com relação à extensão da consciência lingüística e, por conseguinte, fonológica que os diferentes falantes (e até especialistas) têm, mesmo sendo falantes nativos e tendo anos de uso da língua nas mais variadas circunstâncias da vida.

### 3. Um falso paralelo

Do ponto de vista da descrição lingüística formal, que procura explicitar o conhecimento interiorizado, a intuição do falante nativo, sua consciência lingüística ao lidar com os sons, a fonologia chegou a definir um paradigma no qual há categorias de sons em oposição, os fonemas, com os quais são construídas as palavras. A presença ou ausência deles modifica o significado das palavras. Assim, ao dizer *mata, nata, bata, cata* a troca de *m* por *n* por *b* por *c* acarretou a mudança de significado. Se tirar esses sons iniciais, por exemplo, ficamos com *ata*, que é outra palavra. Se tirar mais sons, ficando, por exemplo, *mta* ou *baa*, etc., perdemos o significado. Esses sons que servem para construir o significado das palavras são os fonemas. Os fonemas são valores abstratos atribuídos aos sons no sistema da língua, cuja função é distinguir significados e permitir a formação de muitas palavras. Esses valores sonoros são realizados por sons na fala, aos quais se dá o nome de alofones dos fonemas. Se dois sons da fala (alofones) tiverem o mesmo valor fonológico, não vão servir para distinguir palavras, mas apenas para dar duas pronúncias diferentes a uma mesma palavra. Esses sons são chamados de variantes ou alofones de um mesmo fonema. No exemplo anterior [deste, desti, dexti, destxi, dextxi], os sons [s, x] são alofones de um mesmo fonema, assim como [e, i] também são alofones de um mesmo fonema. A seqüência de sons em uma palavra constitui o contexto. Na palavra *deste*, temos uma seqüência de cinco fonemas. Encontramos variantes na posição 3 e 5 do começo para o fim da palavra. Na posição 3, ocorre a variação entre [s] e [x]; na posição 5, ocorre a variação entre [e] e [i]. Na posição 4, a variação que ocorre é entre [t] e [tx]. A distinção fonológica de palavras pode acontecer também em função da prosódia, principalmente, da localização do acento tônico. Assim, estas duas palavras *acharam* e *acharão* distinguem-se apenas por causa da localização do acento.

Embora não saiba formalizar uma teoria fonológica sobre a língua, isto não significa que o falante nativo, mesmo sem instrução escolar, não tenha uma consciência fonológica que faz com que ele julgue sua língua de acordo com essas regras. Cabe ao lingüista e não ao falante explicitar formalmente as regras da língua. Ao falante cabe o uso correto da sua língua e juízos de valor (aceitação ou não) a respeito do que diz e do que ouve. Há outros aspectos da teoria fonológica que não são considerados neste trabalho.

Voltando à escrita, será que nosso sistema de escrita de representação alfabética funciona como o sistema fonológico? O que representamos na escrita: os fonemas ou os alofones? Como ficam, na escrita, as variantes? A consciência fonológica é a mesma na consciência alfabética? Há

várias perguntas interessantes que nos obrigam a refletir sobre uma questão que nem sempre é colocada para quem usa o sistema de escrita e, principalmente, para quem tem que aprender a escrever e a ler. Veremos que não se pode traçar uma equivalência paralela entre a análise fonológica da fala e a representação alfabética da escrita.

#### 4. Escrever e ler

Em primeiro lugar, é preciso dizer que a representação fonológica da fala é abstrata, são regras do sistema lingüístico, mas a fala é o produto do mecanismo de produção de sons da língua. No mundo da escrita, escrever e ler são dois lados de uma mesma moeda, produzidos por um mesmo mecanismo. Só faz sentido ler algo que se sabe escrever. Só faz sentido escrever algo que se sabe ler. Obviamente estou desconsiderando neste trabalho sons produzidos pela boca que não remetem a fonemas da língua, assim como rabiscos que não fazem sentido como escrita para o leitor. Para um falante de português, ouvir um inglês falando pode não significar nada, a não ser a constatação de que a pessoa esteja falando uma outra língua. Assim também, para uma pessoa que não sabe ler, a escrita é misteriosa e o máximo que pode saber é que se trata de uma escrita. No caso de uso da escrita, ler e escrever são duas facetas de uma mesma atividade. Quem inventou o sistema de escrita teve que inventar ao mesmo tempo o processo pelo qual se lê o que está escrito. Nesse sentido, podemos dizer que a consciência alfabética (no nosso caso) é decorrente do conhecimento que o usuário tem de como ler nesse sistema. O mesmo vale para todos os demais sistemas de escrita. Portanto, o segredo da escrita está na leitura, entendida aqui como processo de decifração (e não de produção de texto – que é outra história). Quem sabe decifrar sabe ler e quem sabe ler sabe escrever. Para alguém saber escrever, precisa saber como ler o que escreve. Se quisermos entender o que é a consciência alfabética, vamos ter que buscar no processo de leitura os elementos que permitem a um usuário saber exatamente porque, por exemplo, está escrito *pato* e não *macaco*. Reversamente, permite a ele saber como escrever *pato* e não se confundir com a escrita de *macaco*.

#### 5. Alguns segredos da leitura

Sabe-se muita coisa sobre textos escritos, sua estrutura e uso, porque esse aspecto vem sendo estudado desde o começo da produção de obras literárias. Os lingüistas estenderam esse tipo de estudo também a textos não considerados como literatos. Os estudos sobre os gêneros discursivos são um bom exemplo de como conhecemos a estrutura de textos escritos (mas, não somente escritos, podendo ser orais também). Porém, para chegar ao texto escrito, é preciso, antes de mais nada, decifrá-lo, ou seja, transformá-lo em um texto oral, porque o sistema da língua opera apenas no nível da linguagem oral. Sem isto, o texto é apenas um desenho.

Para decifrar um texto, precisamos saber, antes de mais nada, algumas coisas sobre o que é um sistema de escrita. Ficou dito acima que a escrita é uma representação gráfica da linguagem oral. Antes de saber como essa representação se dá, precisamos ver qual é o objetivo de fazer isto, ou seja, de escrever, de representar a linguagem oral na escrita. O objetivo da escrita, tendo como exigência a representação da linguagem oral, é permitir a leitura, ou seja, fazer o caminho inverso: sair da representação escrita e chegar à representação oral. Temos, então, um caminho que vai e que vem pela mesma via. Vamos sair de qual tipo de linguagem oral para a representação escrita? Vimos que a fala apresenta muitos tipos de variantes. Na volta, saindo de uma representação escrita que permite a leitura, vamos chegar a qual representação da linguagem oral, se a língua tem tantas variantes? Essa via de mão dupla é a consciência alfabética. O ponto de partida e o ponto de chegada não são bem definidos. Uma pessoa que fale a variedade padrão de uma língua, ao reproduzir sua fala, vai chegar a uma representação dessa variedade na escrita. Uma pessoa que fale uma variedade não padrão vai deixar marcas de sua variedade dialetal na escrita que fizer. Isso era um grande inconveniente no caminho de ida da fala para a escrita, porque ao ler variedades diferentes, os usuários seriam obrigados a se

tornarem falantes dessas diferentes variedades, ou no máximo, deveriam fazer um esforço para adaptar ao seu dialeto as representações de todos os demais que encontrassem na escrita. Para resolver isto, foi preciso criar uma ortografia.

A ortografia veio, então, colocar em ordem os sistemas de escrita de todos os tipos. No caso da escrita alfabética, a ortografia estabeleceu que, apesar de as pessoas falarem dialetos diferentes, apesar das variações de pronúncias das palavras, a escrita determina apenas uma única forma de representação para cada palavra. Como o dialeto de maior prestígio sócio-cultural é o mais importante na sociedade e como essa variedade dispõe (como qualquer outra) de um sistema fonológico, com fonemas e alofones, sempre que houver um alofone de valor semelhante ao da representação fonológica, este será o elemento que indicará qual é a letra que a escrita passa a ter. Assim, no exemplo acima, se há [s] e [x] representando o fonema /s/, como quer o sistema fonológico, então, o som de [s] e não o de [x] se presta mais a indicar qual letra seria melhor para escrever esse caso. Portanto, escrevemos ortograficamente *deste* e não *dexte*. Neste caso, fica evidente que a escolha é arbitrária, mas conveniente. A diferença entre a pronúncia de um falante que diz [dexti] e tem que escrever *deste* é pequena. Para um falante que diz *encontremu*, *acharu* a situação é a mesma, pois terá que escrever *encontramos* e *acharam*. Pode parecer que não, mas a equivalência entre o som [e] e a escrita a (*encontremu* / *encontramos*) é do mesmo tipo e natureza da equivalência do som [x] que acaba sendo representado pela letra s (*dexti* / *deste*). O grande problema que logo surge diante dos olhos e ouvidos de todos não é o processo de representação da fala na escrita, o que cada um tem que fazer, partindo de seu dialeto para chegar à grafia única determinada pela ortografia, mas o volume de trabalho que falantes de diferentes dialetos tem que fazer, a quantidade de transformações que têm que fazer nessa viagem da fala para a escrita. Como os sistemas ortográficos seguem de perto a representação fonológica dos dialetos de prestígio, os usuários desses dialetos têm mais facilidade para encontrar a forma ortográfica. Falantes de dialetos mais distantes do dialeto padrão, portanto, tendo maior número de diferenças, ao chegarem à forma ortográfica das palavras, precisam fazer um número muito maior de adaptações. Como não há como unificar a fala dos dialetos, a ortografia ficou com a função primordial de neutralizar a variação lingüística na escrita. Portanto, a partir daí nenhuma variedade constitui diretamente a ortografia. As escolhas do sistema ortográfico, por outro lado, sempre vão cair no dilema de favorecer um grupo em prejuízo dos demais. Por razões sócio-culturais, como os falantes mais instruídos são os que mais usam a escrita, a ortografia prefere sempre favorecer a esses falantes e não aos demais.

Agora temos claramente as regras da passagem da linguagem oral para a escrita e da escrita para a linguagem oral: o usuário pode ser falante de que dialeto for que terá inexoravelmente que seguir o modelo ortográfico determinado pela escrita. Partindo da escrita, neste caso, não tem nenhum compromisso com nenhum dialeto, pois a variação foi neutralizada pela ortografia. Assim sendo, o leitor poderá ler o que estiver escrito na variedade que quiser. Normalmente, as pessoas lêem em sua própria variedade. É por isso que não lemos a obra de Camões (1572) empregando a pronúncia que ele usou para escrever, mas lemos em nossas variedades atuais, cada leitor na sua variedade. Quando chegamos a esta conclusão, vemos como a ortografia foi o grande segredo que permitiu que os sistemas de escrita fossem disciplinados no caminho de ida e de volta, partindo da linguagem oral para a escrita e desta para a linguagem oral. Assim a representação da linguagem oral pela escrita ficou corretamente estabelecida.

Como consequência do fato de a ortografia neutralizar a variação lingüística da fala na representação escrita, o princípio alfabético deixou de funcionar plenamente. Portanto a consciência alfabética não estabelece mais uma relação unívoca entre letras e sons. Isto ocorre apenas nas transcrições fonéticas. Agora, uma letra representará todos os sons que os falantes usam quando lêem essa letra em todas as palavras da língua, levando em conta todos os falantes, de todos os lugares e tempos. É por essa razão que a letra A pode ter o som de [a] em *pato* [patu], ter o som de [e] em *encontramos* (pronunciado *incontremu*), ter o som de [u] em *acharam* (pronunciado *acharu*), ter o som de [ai] em *nascido* (pronunciado *nais.cer*), etc. No enunciado *casa amarela*, não costumamos pronunciar um *a* (*casamarela*). O mesmo vale para

todas as letras. Portanto, para saber qual som uma letra tem será preciso definir primeiro quem vai ler, o falante, sua variedade dialetal, a palavra que vai ler, para, em seguida, definir o valor fonético que a letra tem. Essa é a nova consciência alfabética gerada pela ortografia. É assim que agimos quando lemos.

Ler, então, é um processo muito mais simples e fácil do que escrever. É relativamente fácil para o leitor decifrar a palavra, encontrando uma variedade qualquer, talvez uma mais próxima da norma culta, para depois ler em seu dialeto ou em outro. O trabalho de adivinhação funciona relativamente bem por causa da intuição do falante, ajudado pelo contexto e circunstâncias de uso da escrita. Por outro lado, o processo de escrita, partindo da variedade do falante para chegar à forma gráfica exigida pelo sistema ortográfico é bastante complicado e difícil. Mesmo para quem é falante da norma culta, tal tarefa não é tão simples e fácil como pode parecer à primeira vista. A única referência que o usuário tem, neste caso, é saber de cor como a palavra precisa ser escrita. Se *azul* se escreve com a letra Z com o valor sonoro de [z], por que se deve escrever *casa* com a letra S, se o valor sonoro nesse contexto é também [z]? A resposta mais objetiva é a que diz que o sistema ortográfico fixou assim. Na decifração, a consciência lingüística desempenha um papel muito importante, que leva o leitor a descobrir que palavra está escrita. Na escrita de uma palavra, é a memória ortográfica que orienta a consciência alfabética.

Por causa da natureza da escrita, de seu objetivo, de suas funções e usos, na cultura escrita dos usuários e, principalmente, da sociedade, foi acrescentado à consciência alfabética um parâmetro a mais: é a forma gráfica da escrita. Porque memorizamos a ortografia das palavras e porque nos acostumamos a ver as palavras escritas de um jeito ou de outro e porque temos expectativas de como as palavras devam ser escrita, encontramos reações imediatas e profundas nos usuários diante de escritas não esperadas ou indesejáveis. Por exemplo, em pouco tempo, a palavra *football* passou a ser escrita *futebol* (obviamente, como sempre, com a pronúncia adaptada ao português). Porém, a palavra *show*, embora tenha sido usada há muito tempo, nunca recebeu uma grafia aportuguesada *xou* ou *chou*. É visualmente estranho aos usuários tal grafia. A palavra *shopping* não passou a *xopim*, *chopim*, mas a palavra *shampoo* é escrita atualmente como *xampu*. O novo Acordo ortográfico tem gerado alguns protestos baseados na não aceitação de escritas como *superomem* em vez do tradicional *super-homem*. Por outro lado, a propaganda tem se servido dessa consciência gráfica alfabética para, modificando expectativas, chamar a atenção para produtos e serviços. Assim, uma firma vende *xinelos* e não *chinelos*, porque os deles são diferentes.

## 6. O que é o sistema ortográfico?

Ao definir como funciona o sistema de escrita em geral e o nosso em particular, tivemos que definir também o que é a ortografia, suas funções e usos. Esses são aspectos gerais, fundamentais, sobre os quais funciona o sistema ortográfico. Sem esses princípios, tudo o mais fica sem sentido. Entretanto, há uma questão a mais a ser feita e que diz relação direta com a consciência alfabética (ou melhor alfabética-ortográfica), como definimos neste trabalho. Como todo sistema, o sistema alfabético vive de regras. Tudo se reduz a regras. O próprio caos é um sistema governado por regras que o definem como tal. A desorganização inicial do sistema alfabético primitivo (transcrição fonética) precisou ser restaurada em outras bases para que se formasse um sistema (conjunto de regras a serem seguidas) que pudesse ser útil a todos os tipos de usuários. Dada a necessidade da ortografia como sistema imprescindível, o passo seguinte foi a organização desse sistema, sua estrutura e regras de uso. Nesse sentido, a organização da ortografia estabeleceu *bases* ou *normas gerais*, segundo as quais foram formados os *vocabulários ortográficos*. As nossas bases foram debatidas desde sempre pelos ortógrafos e mais recentemente pelos reformadores e autores dos Acordos entre Portugal, o Brasil e os demais países que têm o português como língua oficial. Quem fez essas bases tentou explicitar a consciência alfabética atribuída ao sistema ortográfico. Nem tudo que foi explicado nesses

documentos corresponde à verdade dos fatos, mas este assunto não será tratado neste trabalho. Algumas informações servem mais a lingüistas do que ao usuário comum, como informações de natureza histórica, etimológica ou relativas a vocábulos técnicos, de conhecimento restrito. Uma vez, um dicionarista não se conformava com a escrita *rígido* e achava que deveria ser *ríjido*, porque essa palavra vem de *rijo* que se escreve com *j* e não com *g*. Escrevemos *Espanha* sem *h*, mas escrevemos *hispânico* com *h*; *erva* se escreve sem *h*, mas *herbáceo* se escreve com *h*. Esse é o tipo de informação que deve estar armazenada na memória. Porém, há regras que são princípios gerais e, portanto, podem ser assimiladas como tais. Por exemplo, nenhuma palavra começa com RR ou com SS. Fora uma ou outra, nenhuma palavra começa escrita como com LH ou com NH; coloca-se acento em palavras proparoxítonas, se a vogal for fechada o acento é circunflexo, se for aberta o acento é agudo, etc. Há regras mais óbvias, mas não menos importantes, por exemplo, para quem está começando a aprender o sistema, como a que diz que o princípio alfabético, embora não seja o mais importante, serve para um bom começo. Assim, se alguém quer escrever uma palavra como *pato*, analisando a pronúncia, pode associar pelo alfabeto o som de *pa* às letras *p + a*, e para a pronúncia de *tu*, as letras *t + u*, o que resulta em *patu*. Esse achado é muito diferente de alguém que começasse a escrever a palavra *pato* usando letras aleatórias, como “msoutpjn”, ou mesmo “dp”. Ainda é mais vantajoso do que escrever “pt” ou “ao” ou “au”. Isto significa, em outras palavras, que a consciência alfabética-ortográfica não parte do zero absoluto, mas de algumas expectativas, com as quais se podem fazer hipóteses razoáveis sobre como devem ser escritas as palavras. Por outro lado, dependendo do erro cometido, é possível definir quais hipóteses ou quais conhecimentos foram usados, o que ficou faltando. Reconstruindo o percurso mental do usuário, é possível ensiná-lo, corrigindo erros e acrescentando conhecimentos.

As considerações acima mostram que a ortografia controla todos os aspectos da escrita, desde o princípio alfabético ou acrofônico, a categorização gráfica, que permite reconhecer a letra na grafia em que se encontra e a categorização funcional, que atribui o som à letra na leitura ou atribui a letra ao som na escrita.

## 7. O grafema e outras idéias

Ainda a respeito da consciência alfabética da escrita, há muitos estudos dentro do modelo estruturalista que procuraram comparar o fonema com uma unidade distintiva semelhante na escrita, chamada grafema. Nesse quadro teórico, os trabalhos acharam algumas evidências simples, como considerar a letra “p” como grafema em *pato*, mas a letra “o” como um alógrafo, de um grafema (agora com valor mais abstrato) que, na relação letras / som pode representar os sons de o ou de u. O grande problema dessa teoria é que a noção de grafema é totalmente dispensável, não explica além de poucos casos, cria confusões quando há muita variação de pronúncia. No caso de alguém que fale *encontremu*, o fato de ele falar “e” e ter que escrever “a” cria um problema sério para a definição de grafema. A ortografia já neutralizou a variação lingüística. Isto funciona melhor partindo da escrita para a fala, mas partindo da fala para a escrita, a noção de grafema leva a confusão ou não leva a nada, na prática, o usuário vai ter que memorizar a forma gráfica e o sistema grafemático se torna inútil.

Não é raro, por outro lado, encontrar pessoas que acham que a leitura (e também a escrita) é um processo gestáltico e não analítico. Ou seja, a escrita não funciona letra por letra, som por som, mas como um todo. Assim, a escrita de uma palavra teria um perfil próprio e é a partir do reconhecimento desse perfil e não das partes que se reconhece a palavra (leitura) ou se avalia como ela deva ser escrita. Para demonstrar isso, há vários testes, como o que chegou à conclusão de que bastam estar escritas a primeira e a última letra de uma palavra para que possamos ler corretamente. Certamente, tal afirmação não é verdadeira. Por exemplo, o que está escrito em: pssqieua, uaiieddsvrne, iaottprmne? Como se lê a seguinte passagem da Gramática da Linguagem Portuguesa de Fernão de Oliveira: “E e miuto de cpluar etse dfyteeo das caiaeldds seerm duieasrs: mas nos fmlaoas com gnrade ruoespo como hmões atdnsaseos”? O

texto de Fernão de Oliveira vem com a ortografia própria do autor (1536): “E e muito de culpar este defeito das qualidades serem diuersas: mas nos falamos com grande repouso como homẽs assentados”. Mesmo se tratando de uma ortografia antiga, lemos facilmente o texto ortograficamente apresentado, mas não deciframos facilmente o que está escrito, mantendo apenas a primeira e a última letra das palavras. Todavia, o texto apresentado abaixo permite uma leitura não muito difícil, seguindo a regra da manutenção da primeira e da última letra de cada palavra. O texto foi amplamente divulgado na Internet:

De aorcd com uma peqsiusa de uma uinrvesriddae ignlsea, não ipomtra em qaul odrem as lteras de uma plravaa etãso, a úncia csioa iprotmatne é que a píemria e útmlia lteras etejasm no lgaur crteo. O rseto pdoe ser uma bçguana ttaol, que vcoê anida pdoe ler sem pobrlmea. Itso é poqrue nós não lmeos cdaa ltera isladoa, mas a plravaa cmoo um tdo. Soh de bloa.

O motivo pelo qual lemos o texto acima, além do contexto facilitador, é o modo como lidamos com a ortografia. Ela cria expectativas. Por isso, podemos ler um texto manuscrito em que as palavras não vêm escritas com todas as letras distintamente apresentadas, porque, a partir de algumas dicas, formulamos hipóteses, conferimos o contexto, o conteúdo do discurso, e procuramos adivinhar o que está escrito. Grande parte daquilo que escrevemos cria dificuldades para outras pessoas, porque estamos acostumados com nosso modo de escrever e de interpretar, mas diante da escrita manuscrita de outras pessoas precisamos reconsiderar o que fazer. Basta ter uma dúvida insolúvel que o sistema de leitura acima ou de leitura de um manuscrito fica hermético e impenetrável, impedindo o reconhecimento do que está escrito (cf. certas receitas dadas por médicos...). O que está escrito em “iprotmatne” ou em “iaottprmne”? As duas escritas remetem à mesma palavra, mas pelo fato de estar fora do contexto do discurso cria uma dificuldade insuperável para seu reconhecimento (assim como a receita do medito fora da farmácia...). Portanto, é falaciosa a conclusão de que lemos as palavras como um todo, não importando a bagunça das letras em seu interior.

## 8. Conclusão

As breves considerações acima mostram que a consciência alfabética, melhor chamada de alfabética-ortográfica, refere-se a um conjunto de conhecimentos sobre como funciona o sistema de escrita, em geral, e como o sistema ortográfico de uma língua impõe restrições na escrita e, ao mesmo tempo, permite que o sistema seja aberto a todos os falantes da língua, de todos os lugares e tempos. Essa natureza ideográfica da ortografia, apesar de seu caráter convencional e rígido, é constituída por muitas regras particulares que, no total, permitem ao leitor e ao usuário da escrita ler e escrever com relativa facilidade. Como acontece com muitos conhecimentos desta natureza (veja a consciência lingüística, fonológica, etc.), tais conhecimentos passam para o nível do inconsciente, mesmo quando estão atuando na leitura e na escrita. Daí a dificuldade que os usuários têm para explicitar os mecanismos que usam para ler e para escrever, assim como têm dificuldades para explicar os mecanismos da língua que falam e entendem. No processo de aquisição da linguagem oral, as crianças não precisam ser submetidas a um trabalho de conscientização lingüística, adquirindo o uso da linguagem oral pela interação, pelo diálogo. Porém, as crianças que se alfabetizam precisam que alguém explicita para elas como funciona o sistema de escrita, como funciona a ortografia e quais são as regras que compõem nossa consciência alfabética-ortográfica.

Comunicação apresentada no 12 Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa e 3 Congresso Internacional de Lusofonia, com o título de "Sobre a constituição da identidade fonológica do Português: variação, equívocos e preconceitos", em 2008, no IP da PUCSP.